

Ufes paralisada. Professores aderem à greve geral nacional



Professoras e Professores da Ufes aprovaram adesão à Greve Geral convocada pelas Centrais Sindicais. Os trabalhadores técnico-administrativos também votaram a favor do movimento paredista de 24 horas.

A situação enfrentada pelos trabalhadores brasileiros vai de mal a pior. Em função disso é importante que todas as categorias organizadas se posicionem contra à afronta de direitos promovida pelo governo federal. Na Ufes, a categoria docente decidiu em Assembleia Geral, realizada em 20 de junho, aderir à paralisação de 24 horas contra as medidas arbitrárias contidas nas reformas da Previdência, Trabalhista e na recém aprovada Lei da Terceirização irrestrita, que tanto prejudica a classe trabalhadora.

No dia **30 de junho**, sexta-feira, além de parar o país, os trabalhadores participarão de manifestações e piquetes. Em Vitória, independente das atividades de mobilização traçadas pelo comando de greve da Ufes, haverá ainda um grande ato público. “A participação de todos os/as docentes é imprescindível

para barrar esse desmonte do governo Michel Temer”, ressalta o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

A orientação das Centrais é que – com exceção dos casos de urgência –, as pessoas deixem de ir a supermercado, farmácia, padaria, açougue, restaurante, shopping, lojas, bancos, lotéricas, academias, escolas, universidades, ou cursos de qualquer espécie. Também não marcar consultas para essa data, não abastecer seu veículo, não comprar nenhum móvel, eletrodoméstico, eletrônicos.

A última greve ocorrida no país (em 28 de abril) foi considerada vitoriosa e a maior da história brasileira. Mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras paralisaram suas atividades, bloqueando estradas e ruas, fazendo fechamento de garagens de ônibus, além de passeatas e ocupações. No dia



Sindicalista defende “Fora Temer” em manifestação e critica políticas de retrocessos.

30 de junho, além da categoria docente, vão parar rodoviários, portuários, servidores públicos em geral, construção civil, trabalhadores da saúde, bancários, entre outras categorias das esferas pública e privada.

Sucateamento do ensino. Um dos direitos sociais mais impactado pelas medidas nefastas de Temer é a Educação. Cortes orçamentários e falta de

infraestrutura, precarização das condições de trabalhos são algumas das situações enfrentadas nos últimos tempos. “**30 de junho** será mais um dia que marcará a história do nosso país por mais um dia de luta e de resistência. Só desta forma poderemos barrar de vez o projeto de austeridade do governo e as contrarreformas”, conclui o presidente da Adufes.

Centro de Ciências da Saúde (CCS) sofre com insegurança

O problema é antigo. Iluminação precária e guardas meramente patrimoniais levam à ocorrência de diversos crimes, como assaltos e roubos de veículos.



CCS vive rotina de assaltos e violência.

A Comunidade Universitária do CCS, em Maruípe (Vitória), está alarmada. Os alunos contam que a situação piorou nos últimos meses e os prédios mais afastados dentro do Centro são os mais inseguros. “É uma área aberta, com muitas árvores, pouca iluminação e quase nenhuma sinalização”, queixa-se Jessica Novaes, estudante de

Enfermagem.

O CCS possui quatro entradas, sendo duas para as Avenidas Marechal Campus e Maruípe, locais onde há constantes registros de assaltos. Além do reduzido efetivo de vigilantes, a poda de árvores tem sido feita trimestralmente, facilitando o esconderijo de bandidos.

Há registro, inclusive, de assaltos dentro de um dos laboratórios. Um homem gravemente ferido surpreendeu os estudantes durante uma aula experimental. “Ele estava fugindo e sangrava muito. Entrou correndo no laboratório e roubou todos os celulares, sem que nenhuma segurança o abordasse”, contou um técnico que trabalha na unidade.

No entorno do Centro, o clima também é de medo. Os estudantes reclamam de insegurança

na saída da universidade e em pontos de ônibus. Um deles fica bem próximo ao Quartel da PM. “Mesmo assim, os assaltos e roubos de celulares são constantes, principalmente à noite”, disse o funcionário.

Modelo de segurança. O Professor do Departamento de Odontologia, Alfredo Carlos Rodrigues, defende novo modelo de segurança que valorize a comunidade acadêmica, os usuários do hospital e a vizinhança. “Precisamos promover segurança pedagógica, atuando com base em políticas de educação e prevenção. Queremos ser valorizados e respeitados nesse espaço”, destaca o professor.

A iniciativa, segundo ele, privilegiaria espaços de cultura, arte e lazer, potencializando habilidades e experiências movimentadas pela instituição,

mediando essas práticas com as comunidades próximas.

“Incentivaríamos a participação cultural e artística, a conscientização em sentido amplo e o cuidado com o meio ambiente e segurança”, defende Alfredo, salientando a promoção de uma cultura da compreensão e da convivência pacífica, etapas importantes para reduzir a violência e a vulnerabilidade social.

O docente ainda citou a necessidade da criação de um Fórum de Segurança na Ufes. “Um espaço que envolva uma série de atores e objetivo promover uma segurança mais preventiva, democrática e educativa no campus. Nessa perspectiva, seriam proporcionadas às comunidades maior participação em processos de decisões de questões estratégicas para a Universidade”, finaliza Alfredo.

Por que a alteração do Regimento Interno da Adufes é importante?

O assunto já foi motivo de convocação de assembleias e reuniões setoriais, mas por falta de quórum essa decisão tem sido adiada.



O Regimento Interno (RI) da Adufes em vigor segmenta a entidade, tornando-se um empecilho para que os/as Professores/as do interior tenham a mesma possibilidade de votar

de forma igualitária aos colegas de Vitória. Isso porque eles têm que enfrentar a distância, riscos nas estradas e interrupção por mais tempo das atividades para se deslocarem até a capital para

as assembleias e votações da categoria.

A solução é mudar o RI da Adufes, garantindo a realização de Assembleias Setoriais, cujos votos irão se somar aos da capital. “Na forma atual, essa participação é muito difícil”, lembra o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Mas a reforma regimental vai mais além: prevê a criação do cargo de 2º Vice-Presidente do Sindicato.

“Um vice ficará responsável pelo acompanhamento das

demandas em Alegre e o outro em São Mateus, contemplando de maneira mais eficiente as necessidades de ambos os pólos”, explica o Professor Rocha, destacando que isso não alterará as atribuições e responsabilidades do presidente.

“Vamos ficar ligados na convocação da próxima assembleia para votação das alterações do RI. Também somos associados e queremos ser ouvidos”, cobra Raphael Furtado, professor do Ceunes e do Conselho de Representantes da Adufes.

Novos cortes do Governo ameaçam funcionamento da Ufes

Precárias condições de trabalho, laboratórios sucateados e falta de verbas impactam a vida da comunidade nos campi da Ufes.



O pacote de ataques que vem sendo levado a cabo por Temer, com apoio do Legislativo e Judiciário, tem como um dos principais objetivos o desmonte dos direitos sociais e dos serviços públicos. As con-

trarreformas, assim como as recém-aprovadas Leis das Terceirizações e Emenda Constitucional (EC) 95 - antiga Pec 241 -, que prevê o congelamento dos recursos primários da União por 20 anos, dão continuidade

ao aniquilamento do Estado.

A Educação este ano teve um corte de R\$ 4,3 bilhões: uma diminuição de 12% no montante definido em R\$ 35,7 bilhões. Já o orçamento das Federais está 15,2% menor que a verba de 2016. Na Ufes, os investimentos previstos para 2017 eram de R\$ 79,6 milhões, mas o governo limitou em R\$50 milhões, redução de aproximadamente 40%.

A saída encontrada tem sido demitir trabalhadores terceirizados. O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, critica as medidas. “Todo ano esses cortes já vinham ocorrendo, mas, em 2017, se agravaram por conta da aprovação da EC 95”. Os cortes intensificam a precariedade no cotidiano da instituição, prejudicando o

sentido da universidade que é o de contribuir para o desenvolvimento social”.

Reitoria cria pacote para conter a crise. O Pró-reitor de Planejamento, Anilton Salles, informou que em fevereiro o governo federal definiu novos limites para contratar bens e serviços. “A Portaria nº 28 do Ministério do Planejamento suspendeu a realização de novas aquisições de máquinas, equipamentos e a compra de diárias e passagens”.

O pagamento das Bolsas de Pesquisa, Extensão, Monitoria e da antiga Pad, também está em risco. “Caso o governo não deposite o restante dos recursos previstos, será preciso reduzir a oferta das Bolsas a partir de agosto”, adverte o Pró-Reitor.

Estudantes denunciam falta de transparência nos cortes de verbas



Alunos do CCJE promovem ato contra a política de cortes na educação.

A saída encontrada pela administração central tem sido reduzir o serviço de limpeza de salas, que passou a ser feito semanalmente. A poda das árvores e o corte na grama agora é feito a cada três meses. Cansados de conviver com a sujeira e matos ao redor das edificações, estudantes de vários cursos do CCJE capinaram recentemente

todo o mato que cercava as salas, numa ação contra a redução dos serviços prestados pela Ufes. O material recolhido no mutirão foi depositado em frente ao prédio da reitoria.

Aparelhos de ar condicionados estão com defeito ou desligados há vários meses em inúmeras salas e gabinetes dos docentes. “Trabalho em uma

sala cheia de mosquitos, quente, úmida. Precisamos de condições dignas para desenvolver nosso trabalho”, ressaltou um Professor do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), em Goiabeiras.

Demissões. Só neste semestre, mais de 20 trabalhadores/as terceirizados da limpeza e manutenção dos prédios do CCJE, por exemplo, foram demitidos. O mesmo ocorreu em outras unidades, desfalcando o quadro de funcionários. Isso obriga alunos e professores a assumirem a limpeza dos seus espaços de trabalho e de estudos, como, por exemplo, vem acontecendo no CCS, em Maruípe.

Bolsas e RU. Nos Restaurantes Universitários, as carnes e saladas foram reduzidas e a sobremesa eliminada. “A

permanência da comunidade acadêmica nos campi está ameaçada”, disse o estudante Matheus Rosetti.

Para o Professor do Departamento de Serviço Social, Thauan Pastrello, o sucateamento da Educação poderá ser usado como justificativa para privatizar a universidade. A privatização afeta toda população, e, com tantos cortes, o governo em breve poderá apresentá-la como uma solução mágica para a manutenção das universidades públicas”, afirmou. Na avaliação do docente, as alternativas da Ufes não possibilitam barrar o desmonte. “É preciso que as decisões saiam dos espaços institucionalizados para que possamos fazer frente a todo esse processo de redução do Estado”, concluiu.

Corte de verbas nos campi do interior limita limpeza, transporte e aulas de campo

A incerteza quanto à continuidade das atividades, a redução das bolsas de monitoria e das aulas de campo preocupam comunidade acadêmica.



Estudantes do Ceunes desaprovam medidas que afetam o desempenho dos cursos em São Mateus.

Com dinheiro a menos no caixa, o jeito adotado pelas administrações foi apertar o cinto do lado mais fraco, lançando mão de expedientes que vão da redução de Bolsas à demissão de funcionários. Em muitos departamentos, os professores costumam administrar três ou mais disciplinas de conteúdos distintos por semestre.

Há casos de professores cuja carga semanal chega a 16 horas, sem contar com as tarefas administrativas. “O número de Professores e técnicos é insuficiente para todas estas demandas, provocando problemas de saúde tais como depressão e doenças cardíacas”, desabafou um docente do campus de Alegre.

O problema de ventilação e alta temperatura nas salas, principalmente durante o verão,

também é grave. Aparelhos de ar condicionado não funcionam há tempos devido a limitações da rede elétrica. Na biblioteca é possível constatar a insuficiência de livros para várias disciplinas. Outro problema grave é a falta de salas para docentes recém-chegados e o mau funcionamento de computadores, impressoras e data show.

Reclamações no Hospital Veterinário. O Hospital Veterinário da Ufes, em Rive, distrito de Alegre, fundamental para a formação dos estudantes, sofre com más condições. Em função da falta de motoristas, o transporte de alunos e funcionários para as aulas de campo e atividades fora do município também estão comprometidas.

“A nossa luta é para que a Educação, bem como a Saúde,

e outras áreas essenciais sejam prioritárias e não tenhamos qualquer corte”, defende o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Ceunes – No Centro Universitário Norte, em São Mateus, as queixas também se avolumam. O professor Breno Nonato, do Departamento de Ciências Naturais, denuncia que o problema mais preocupante é a falta de segurança. “O Ceunes fica situado em um bairro com histórico de violência, exigindo um aumento da guarda em circulação no campus”.

A estudante de Agronomia, Luana Vitória está impossibilitada de frequentar as atividades de campo. “Não podemos mais participar de aulas importantes realizadas a uma distância superior a 100 km”, lamenta.

A professora Marcia Helena Velloso, do Departamento de Química, lastima a possibilidade de ministrar aulas sem monitores a partir de julho. Eles ajudam a garantir a eficiência e a segurança das atividades. “Eles nos auxiliam muito nas aulas práticas, pois é inviável tomar conta de todos os alunos, o que gera riscos de acidente”, acrescenta.

Os monitores, por sua vez, criticam a alternativa de monitoria apenas voluntária. “A voluntariedade é útil, mas nem todos os alunos podem ter o mesmo compromisso em virtude de dificuldades financeiras e do excesso de atividades acadêmicas”, ressalta Luan da Costa, monitor bolsista do Laboratório de Processos Biotecnológicos do Ceunes.